



Direito Constitucional e Tramitação Processual no Tribunal Constitucional

Programa

(16 horas)

I – Pressupostos Processuais

1- Pressupostos relativos ao tribunal:

- a. Competência em razão da matéria;
- b. Competência em razão da hierarquia;
- c. Competência em razão do território;
- d. Competência em razão do valor.

2- Pressupostos relativos às partes

- a. Legitimidade para recorrer;
- b. Patrocínio judiciário;
- c. Irrenunciabilidade e desistência do recurso.

3- Pressupostos relativos ao objeto do recurso

- a. Conceito de norma;
- b. Decisões dos tribunais;
- c. Referência à inexistência de um recurso de “amparo”.

4- Prazo do recurso

II – Requisitos específicos do recurso de constitucionalidade

(Fiscalização concreta – art.º 280º CRP e art.º 70º da Lei do Tribunal Constitucional)



III – Tramitação Processual

- 1- **Recurso de constitucionalidade** (interposição do recurso: requerimento e sequência processual)
- 2- **Efeitos e regime do recurso**
- 3- **Reclamação**

IV – Efeitos da Decisão

V – Regime de Custas

Notas Finais:

- O programa que antecede não constitui um roteiro obrigatório ou limitativo das matérias a abordar, mas apenas um índice geral que os senhores formadores podem utilizar com a necessária flexibilidade.
- Os senhores formadores deverão, sempre que tal seja possível e aplicável à matéria em estudo, servir-se de recursos pedagógicos interactivos, como a simulação de situações práticas.